

Vivendo a madrugada de novos tempos*

*Antonio F. Costella***

Que minhas primeiras palavras sejam de agradecimento. Agradeço aos colegas que propuseram o meu nome para concorrer ao prêmio Luiz Beltrão. Agradeço àqueles que o aprovaram. Agradeço à Intercom pela outorga. Agradeço à Universidade do Estado da Bahia que aqui nos acolhe.

Honra-me sobremodo o Prêmio Luiz Beltrão. Honra-me, já pela importância da Intercom, instituição prestigiosa no campo da pesquisa e do ensino da comunicação, entidade de méritos reconhecidos tanto no País, quanto internacionalmente. Honra-me este Prêmio, porque a comissão julgadora que sufragou a escolha é composta por especialistas ilustres, todos eles. Honra-me também por trazer o nome de Luiz Beltrão, o pioneiro cuja biografia admirável foi, continua sendo e será sempre um referencial para as novas gerações.

Confesso, porém, que, inicialmente, ao ser informado de que alguns colegas haviam proposto meu nome, fiquei surpreso e lisonjeado. E pensei: eles estão enganados. Quando me disseram que eu havia conquistado o Prêmio, fiquei mais surpreso e mais lisonjeado. E pensei: enganaram-se também os outros.

Continuo muito surpreso e muito lisonjeado. E, dentro desta feliz surpresa, pergunto-me: qual motivo ter-me-ia propiciado a honra de receber um prêmio tão importante?

Sem falsa modéstia, só vejo uma explicação: a antiguidade. Entrou em moda valorizar coisas antigas.

De fato, enquadro-me na hipótese: comecei a dar aulas em 1966, trinta e seis anos atrás. Eu era recém formado em Direito e fui lecionar Legislação de Imprensa na Faculdade Cásper Líbero, substituindo Freitas Nobre, em cujo escritório de advocacia havia trabalhado nos meus tempos de estudante.

* Discurso do autor na solenidade de entrega do Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação 2002, categoria Maturidade Acadêmica, durante o XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Salvador (BA).

** Ver perfil do autor na p. 249.

José Freitas Nobre nascera no Ceará, mas fizera sua vida na Capital paulista como advogado, como político e, antes de tudo, como jornalista, pois foi trabalhando em jornal que sobrevivera já durante o tempo de faculdade. Depois, continuara no jornalismo e, como líder sindical, chegara a presidir o Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo e a Federação Nacional de Jornalistas. Bom escritor, publicou mais de uma dezena de livros, dentre os quais se destacam os dedicados à imprensa: *Lei da Informação*, *História da Imprensa de São Paulo* e *Le droit de réponse*, este editado em Paris como resultado de uma defesa de tese. Elegera-se vereador na Capital de São Paulo em três legislaturas seguidas e chegara a vice-prefeito. Mais tarde tornar-se-ia deputado federal, mas isso só ocorreria um pouco depois, não na época à qual me reporto, que é 1966.

Como passara pelo Partido Socialista e havia publicado um livro com o título de *Visão atual da Rússia*, Freitas Nobre era olhado com suspeita pelos governantes militares. Daí, acatando um conselho prudente, precatando-se, homiziou-se em Paris num pequeno hotel da *rive gauche*, enquanto desenvolvia estudos no Instituto Francês de Imprensa. Pois foi nessa época de seu exílio branco na França, que me convidou para substituí-lo na Cáspes Libero, faculdade na qual continuei

direta atividade nos meios jornalísticos, Rizzini foi também um precursor do ensino da comunicação, lecionando na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil e dirigindo, de 1962 a 1966, a Faculdade Cásper Líbero. Marcou presença no cenário acadêmico, de forma definitiva, com seus livros, hoje clássicos na historiografia da imprensa brasileira, dentre os quais destacam-se dois: *O jornal, o livro e a tipografia no Brasil* e *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*.

Vencida a licença, Rizzini não reassumiu a disciplina, e ela me foi então oferecida pela direção da Faculdade. Não sei o que motivou o oferecimento, mas foi ótima a coincidência, porque, embora formado em Direito, eu era fanático por História desde menino e sempre a pesquisara com satisfação, tanto que muitos artigos por mim publicados em jornais no fim da década de '60 e o meu primeiro livro – *O Controle da Informação no Brasil* –, editado pela Vozes em 1970, já versavam sobre a história da imprensa e história da legislação de imprensa. Ademais, em 1963 e 1964, eu, ainda muito jovem, quase imberbe, trabalhara com Rizzini, como seu oficial de gabinete, ao tempo em que ele ocupara o cargo de Secretário de Educação e Cultura do Município de São Paulo. Foi assim que tive a honra de suceder, no magistério, a dois grandes nomes: Freitas Nobre e Carlos Rizzini.

Em 1970, fui convidado a dar aulas na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo por José Marques de Melo, a quem conhecera, coincidentemente, também no mesmo e sempre referido ano de 1966. Desde então, observei, embora a certa distância nos últimos 20 anos, a evolução de sua brilhante carreira que o levou ao mais alto nível, dentre os mais altos, do cenário acadêmico. Mas não devo tratar disso agora, porque não sei se lhe agrada – a ele que tem tantos outros méritos e tantas outras distinções – deixar-se contaminar por uma evocação centrada apenas em antiguidades.

Eis como, na esteira de três brasileiros notáveis, um deles – graças a Deus – entre nós, vivo e ativo, dei início a minhas atividades de professor. E trinta e seis anos se passaram.

Fazendo um balanço desse período, sinto-me inundar por um avassalador sentimento de gratidão. Gratidão por tanta gente que andou comigo nessa jornada, ajudou-me, orientou-me, enriqueceu meu pensamento, corrigiu-me, teve paciência...

Lembro-me de meus pais – quem não lembraria? –, de minha tia Antonia, de meus colegas de escola, de meus primeiros professores – a primeira delas, D^a. Helena Bastianelli – dos colegas e professores da Faculdade.

Recordo-me também de meus confrades de magistério e, para homenageá-los todos, os de ontem e os de hoje, simbolicamente destaco o nome de um só, o de um homem nascido na Bahia, Fernando Góes, que foi radicar-se em São Paulo para enobrecer-lhe a imprensa com suas crônicas cultas, criativas e sutis. Não conheci ninguém que amasse tanto o livro, quanto Góes. Amava-o pelo conteúdo e pela forma. Lembro-me dele, comentando com emoção arrebatada o encanto gráfico do fio sangrado, que pode ser visto na abertura de cada capítulo de seu livro *O Tecedor do Tempo*. Não foi por acaso, aliás, que, no volume em que publicou seu discurso de posse na Academia Paulista de Letras, informou no colofão que aquele texto fora impresso na Empresa Gráfica Revista dos Tribunais – abram-se aspas – “Sob a orientação e as vistas do mestre-tipógrafo Bruno Di Tolla, amigo de Fernando Góes”. Nelson Palma Travassos, o então poderoso dono da *Revista dos Tribunais*, era seu confrade de Academia, mas Góes preferiu homenagear o gráfico Bruno Di Tolla que, aliás, conheci e posso atestar: mereceu a homenagem. O velho Di Tolla, chefe da tipografia da *Revista do Tribunais* durante meio século, tinha o polegar retorcido pelo uso contínuo do componedor. Se todos, aqui, fossem ao menos sexagenários, eu não precisaria explicar que componedor é um utensílio no qual o tipógrafo reunia, manualmente, os tipos móveis, a fim de compor as palavras que formariam a linha em chumbo, para posterior impressão.

Também por gratidão, invoco a lembrança dos meus alunos. Sou muito grato a eles porque tiveram a paciência de me ouvir e, ouvindo-me, deram um sentido a minha vida. Também de modo simbólico invoco-os, todos, na pessoa de um só, infelizmente falecido, José Luiz Damião, que se tornou grande mestre, professor na Cásper Líbero e em outras instituições de ensino, e, acima de tudo, um homem de extraordinário caráter.

Agradeço ainda aos leitores que, consumindo em anônima afeição os duzentos mil exemplares de meus livros, dão-me ânimo para continuar escrevendo. (Nessa conta de duzentos mil exemplares, entram também meus livros de ficção e de literatura infanto-juvenil.) Aqui, permitam-me incluir um agradecimento especial a uma leitora deveras especial:

Leda, minha mulher. É ela quem por primeiro lê meus textos, revisa-os e me ajuda a melhorá-los com suas oportunas observações. Auxilia-me, ademais, em todos os aspectos da vida, inclusive e especialmente, na conservação do acervo e na direção técnica do museu “Casa da Xilogravura”, em Campos do Jordão.

Neste ponto, já abusando da paciência dos ouvintes, permito-me registrar um emocionado agradecimento a um cão, o Chiquinho, nascido em 4 de outubro de 1980 e falecido 14 anos, 6 meses e 9 dias depois. Por levá-lo para a Europa, quando fui dar aulas em Portugal, ocorreu-me a idéia de escrever um livro de viagem no qual ele se tornou o narrador. A boa acolhida, que esse livro – o *Patás na Europa* – e os outros que o sucederam na série tiveram, permitiu-me a conquista de um novo público leitor, para além das fronteiras acadêmicas. E, mais ainda, os estudos sobre a vida animal e a natureza, motivados pela redação desses textos, transformaram radicalmente o meu pensamento, fazendo-me ver o universo de outro modo, no qual entraram fortes preocupações ecológicas. Não será exagero afirmar que a convivência com um cão humanizou-me. No bom sentido.

Por fim, não posso deixar de evocar o nome daquele que considero meu pai literário e inspirador espiritual: Monteiro Lobato. Continuo a ler todas as suas obras, que comecei a devorar na infância. Considero *A Barca de Gleyre*, livro no qual Lobato registrou sua correspondência de 45 anos com Godofredo Rangel, um manual prático indispensável para qualquer pessoa que queira aprender a escrever bem. Foi principalmente esse livro que me alertou para o valor da palavra precisa e para as virtudes da objetividade, e por causa dele, quando escrevo ou falo, não me importa que o leitor ou o ouvinte considerem-me culto ou erudito, o que desejo do fundo do coração é que entendam claramente o que preciso dizer. A propósito desse tema, aliás, alerto os mais jovens: quando vocês lerem um texto ou ouvirem um discurso e não o entenderem, provavelmente a culpa terá sido do autor, porque tudo pode ser explicado claramente, mesmo as questões mais complexas, pois nossa língua nos fornece as palavras necessárias. Lobato, na juventude, leu integralmente o dicionário, palavra por palavra, analisando uma a uma, no entanto passou o resto da vida, inteira, refinando a escolha da palavra certa. Para usar apenas a palavra certa. Riquíssimo em vocabulário, livrou-se, entretanto, de qualquer pedantismo.

Mas chega de recordações, mesmo porque a inclusão de todos os agradecimentos, que eu gostaria de externar, exigiria um livro com centenas e centenas de páginas. Olhemos um pouco para frente. Vejo com otimismo o futuro do mundo.

Contrariando o sugerido pelas manchetes dos jornais ou pela avaliação de certos analistas, acredito que nós, todos nós, somos pessoas de muita sorte. Estamos vivendo no mais interessante e no melhor de todos os tempos históricos. Nunca o homem, esse surpreendente e contraditório habitante do planeta Terra, chegou tão perto, quanto agora, da liberdade e da justiça.

Posso imaginar o que várias pessoas devem estar pensando a respeito dessas afirmações, e apresso-me a informar que não acredito em Papai Noel, nem em duendes, e até alimento sérias dúvidas sobre se foram apenas 40, os ladrões de Ali Babá.

Analisando, porém, a evolução do homem, medindo-a não com a régua mesquinha dos anos, mas com o amplo compasso dos séculos e dos milênios, parece-me inevitável ser otimista.

Afinal, o que é o homem? Um pitecantropo que, há algumas centenas de milhares de anos, tornou-se mais observador e mais pensante, e, por isso, recebeu o nome de “Homo” e, depois de uma “pós-graduação” pré-histórica, tornou-se um tanto pretensiosamente “Homo sapiens”. Desde então, alguns indivíduos dentre esses bípedes observaram e pensaram um pouco mais do que a maioria, e puseram-se a liderar os menos observantes e menos pensantes. Mas, no começo, a diferença entre os mais e os menos pensantes era pequena.

Quase recentemente, há uns cinco mil anos, surgiu aquele que podemos denominar de – permitam-me o neologismo – “Homo scriptor”, o homem escrevente. Indivíduos do gênero “Homo” inventaram a escrita e graças a ela, registrando para sempre as observações que fizeram, puderam transmiti-las mais eficazmente a homens de outros lugares ou de sucessivas gerações. Os herdeiros dessas observações conseguiram aproveitá-las, e lograram, rápidos, dar passos à frente com mais facilidade. Foi por isso, pelo poder fecundante da escrita, que o homem reformulou muito mais a sua vida nos últimos 5.000 anos, do que nas centenas de milhares de anos anteriores.

Só que, em contrapartida, ficou um pouco maior a diferença entre os mais informados e os menos informados, agora divididos entre alfabetizados e analfabetos. E com uma agravante: tornou-se necessário desenvolver o ensino formal. Para aprender a ler, já não era suficiente o simples olhar imediato, não bastava observar. Antes, alguém observava o vizinho a preparar um cabo de machado, para daí fazer o seu próprio cabo de machado. Após o aparecimento da escrita, passaram a existir dois mundos: um mais opulento, e complicado, o dos iniciados na escrita, e outro à moda antiga, mais simples, e mais pobre, do qual a escrita estava ausente.

Mas o bípede pensante, sempre irrequieto, iria mais longe. Aos poucos, erigindo civilizações, alçou-se a um outro patamar histórico e apresentou-se com o perfil de um homem novo: “Homo multifaber”. Ou seja, o homem que faz múltiplos, que faz cópias.

Já na Antiguidade apareceram os primeiros instrumentos de multiplicação, como, por exemplo, o rolete de pedra esculpida que, rotacionada sobre um substrato, deixava ali o equivalente à assinatura de seu detentor. Nos primeiros séculos de nossa era, os chineses empregaram a xilografia para estampar cópias e, com ela igualmente, os japoneses imprimiram talismãs às mancheias no século oitavo. Na mesma época, a Europa deu início à estamperia de panos e, do século XIV em diante, entregou-se de forma intensa à multiplicação, com matrizes tanto de madeira, quanto de metal. Na seqüência, entronizou a tipografia, isto é, a máquina de produção em série a serviço da escrita.

Como todos nós sabemos, a tipografia permitiu o barateamento e a conseqüente difusão dos conhecimentos junto a um maior número de pessoas. No começo, esse número nem era tão grande, mesmo porque os doutos, na Europa, continuaram a escrever seus livros em latim, uma vez que as línguas faladas não possuíam regras uniformes, aptas a torná-las instrumentos confiáveis. (Veja-se a que ponto chegara a separação entre o douto e o ignaro: usavam idiomas diferentes.) A tipografia, entretanto, passando a editar crescentemente e em grande número livros em vernáculo, deu estabilidade gramatical e eficiência às línguas européias e, por conseqüência, firmando-as, foi ampliando para além dos que liam latim o acesso aos conhecimentos escritos. A distância entre o douto e o ignaro, que só crescera até então, começava agora a diminuir.

Nos últimos duzentos anos, os nossos tataravós distanciaram-se mais ainda do ancestral pitecantropo. Desenvolveram novos engenhos de comunicação mais sofisticados e ingressaram na fase do “Homo electrinus”, que, Júlio César ou Cícero, se estivessem entre nós, traduziriam talvez como “homem do âmbar”, mas que nós podemos traduzir como o “homem da eletricidade”. (Como o público aqui presente é todo versado em história da comunicação, fico livre de explicar que a mais remota experiência registrada historicamente na área da eletricidade é aquela que Tales de Mileto realizou ao esfregar um pedaço de âmbar, que em latim se chamava “electron”, carregando-o assim eletricamente, e capacitando-o a atrair pequeninos fragmentos de palha.)

Com o advento do “Homo electrinus”, sobreveio a telegrafia elétrica, que venceu as distâncias terrestres e, por meio dos cabos submarinos, as oceânicas, e estendeu-se de tal modo que, ainda no século XIX, todos os continentes da Terra já se interligavam à velocidade da eletricidade em uma gigantesca malha telegráfica sobre a qual germinaram e cresceram as grandes agências de notícias de porte mundial. No mesmo século, sobrevieram ainda outros engenhos, como o telefone e o telégrafo sem fio, que anteciparam a explosão do rádio no século XX. Depois tivemos a televisão, os satélites, a informática, e tudo o que os senhores tão bem conhecem.

Com tamanha fartura de meios de comunicação, a velocidade da história acelerou-se de novo. Acelerou-se eletricamente. E acelerou-se eletronicamente. As invenções e descobertas sucederam-se, e ainda se sucedem, de maneira alucinada. O homem transformou, materialmente, sua vida muitíssimo mais nestes últimos duzentos anos, do que em todos os milênios anteriores.

Mas, pergunta-se, e aquela diferença entre o mais pensante e o menos pensante, entre o mais informado e o menos informado, como ficou? Ficou. Continuou a existir.

Vivemos, porém, a madrugada de novos tempos. As informações perpassam o globo terrestre em tamanho frenesi e com tanta abundância que, rapidamente, aquela diferença vem se reduzindo. Embora os meios de comunicação tenham sido sempre usados como instrumentos de dominação, os poderosos de hoje já começam a ter dificuldades para administrá-los todos, simultaneamente, a seu favor. Embora as desigualdades econômicas entre os povos e entre as pessoas sejam

alarmantes, a multiplicidade de formas de acesso à informação faz com que o conhecimento brote, verta, vaze, entorne, borbulhe, esguiche por todos os lados e em incontáveis quadrantes. A massificação dos receptores de rádio e de TV não logrou concretizar a profecia de George Orwell e, neste nosso mundo pós-"1984", o ambiente parece tornar-se, a cada dia, mais inóspito para os ditadores.

Eis aí o porquê do meu otimismo. O homem mais informado tem mais expectativa de ser livre, pois aprende a reivindicar os seus direitos, e, reivindicando-os, ajuda a erigir um mundo mais justo.

Não nos descuidemos, porém. Os aspirantes a ditador, em qualquer parte do globo terrestre, são arditos e persistentes. A vigilância, pois, é essencial. E, para que essa vigilância melhor opere, é indispensável garantir o acesso sempre crescente, de todas as pessoas, em todos os continentes, ao maior número de fontes de informação.

Estamos – bem sei – ainda longe de um cenário ideal de justiça e de liberdade. Entretanto, estou convencido de que, em nenhum momento de nossa história, nós, seres humanos, estivemos tão autorizados, como agora, a sonhar com ele.

Perfil intelectual do autor

O Prêmio Luiz Beltrão de Ciências da Comunicação, na categoria Maturidade Acadêmica, é destinado a pesquisador-senior, autor de estudos significativos e produtor de conhecimento comunicacional que tenha obtido reconhecimento nacional e/ou internacional. A escolha se faz a partir do *conjunto da obra*. Os candidatos devem ser comunicólogos em fim de carreira acadêmica ou já retirados da vida profissional.

O Vencedor em 2002 foi Antonio Fernando Costella. Bacharel em Direito (1965) pela Universidade de São Paulo, ele atuou inicialmente como professor de História e Legislação dos Meios de comunicação na pioneira Faculdade de Comunicação Cásper Líbero, passando a integrar a equipe responsável pela implantação dos cursos de graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, onde atuou no período de 1970-1979. Trabalhou ainda nas universidades de Taubaté e Santos e na Escola Superior de Jornalismo da cidade do Porto (Portugal).

Fundador do Museu “Casa da Xilogravura” (Campos do Jordão – SP), destacou-se como pesquisador na fronteira entre o direito e a história da comunicação, sendo autor de 9 livros, dos quais os mais significativos são: “O Controle da Informação no Brasil” (1970), “Direito da Comunicação” (1976), “Comunicação: do grito ao satélite” (1ªed, 1978, 4ª ed. 2001) e “Legislação da Comunicação Social” (2002). Publicou ainda 9 ensaios, dezenas de artigos jornalísticos e pareceres jurídicos, além de 18 livros de ficção.

Exerceu várias funções públicas nas Secretarias de Educação e Cultura das cidades de São Paulo e Campos do Jordão e no Ministério da Educação no Estado de São Paulo.

Atualmente é membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Professor Titular de Legislação do Jornalismo na Faculdade de Comunicação do Centro Universitário Alcântara Machado, além de diretor editorial da Editora Mantiqueira de Ciência e Arte.